



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
Área de Desenvolvimento e Infraestrutura - AD

## **Anexo I: Justificativas**

**Finalidade** Este anexo tem por finalidade fundamentar as escolhas técnicas e administrativas para a contratação de SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE PÁTIOS PARA MÚLTIPLOS USOS, SEM COBERTURA, EM MUNICÍPIOS INSERIDOS NA ÁREA DE ATUAÇÃO DA 3ª Superintendência Regional, no estado de Pernambuco, em conformidade com as disposições legais e as necessidades da Administração Pública.

### **Justificativas:**

#### **Da escolha da solução mais adequada ao atendimento da necessidade:**

A execução de Pátios para Múltiplos Usos, baseada em um projeto padrão, representa a solução de infraestrutura estratégica para a necessidade identificada. Constatou-se isso por meio de criterioso levantamento de mercado, constante no ETP, que avaliou três alternativas principais:

- a) a reforma de espaços existentes, considerada inviável pela imprevisibilidade de custos e falta de padronização;
- b) a utilização de um projeto padrão já existente, que se mostrou a opção mais eficiente, segura e vantajosa; e
- c) a elaboração de um novo projeto de engenharia, descartada pelo alto custo e pelo prazo incompatível com a urgência das demandas.

Adicionalmente, foi realizada uma análise comparativa de diversas alternativas de contratação, incluindo execução direta, parcerias público-privadas (PPP) e celebração de convênios. Todas foram consideradas inadequadas, seja pela falta de capacidade operacional interna, por vedações legais ou pela dificuldade de padronização e controle na execução.

Diante disso, a contratação por meio de Pregão Eletrônico, utilizando o Sistema de Registro de Preços (SRP) sob o regime de Empreitada por Preço Unitário, foi definida como a modelagem que melhor atende ao interesse público. Este formato combina a agilidade do SRP para atender a demandas futuras e não totalmente previsíveis com a segurança e o controle financeiro da empreitada por preço unitário, garantindo que a Administração pague apenas pelos serviços efetivamente executados e em conformidade com os padrões de qualidade estabelecidos.

#### **Do procedimento de pesquisa de preços realizado e dos critérios adotados para a seleção dos orçamentos formadores do valor estimado:**

O valor estimado para a contratação foi elaborado com base no Sistema de Preços, Custos e Índices da Caixa Econômica Federal (SINAPI/PE de setembro de 2025), no Orçamento de Obras de Sergipe (ORSE de setembro de 2025), Não Desoneradas, e em Pesquisa de Preços de Mercado, sendo adotada a data-base de novembro para o orçamento de referência da licitação, não desonerado, atendendo ao disposto na Lei n.º 13.303 de 30/06/2016, e no Decreto n.º 7.983 de 08/04/2013, já inclusos o BDI, encargos sociais, taxas, impostos e emolumentos.

O BDI de serviços foi estipulado em 22,54%.

O ISS foi estimado em 3,00% (três) representando uma média para a região.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
Área de Desenvolvimento e Infraestrutura - AD

### **Das exigências habilitatórias indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações:**

As exigências de qualificação Técnica Operacional visam assegurar que a licitante possua a experiência necessária para executar o objeto com a qualidade requerida. Os itens, que compõem a Qualificação Técnica (Habilitação) do Termo de Referência, foram selecionados conforme a relevância técnica e de valor significativo, em conformidade com a Súmula n.º 263 do TCU, tendo representatividade na Curva ABC do empreendimento, dentre os serviços que representam mais de 70% (setenta por cento) do valor da obra.

Os quantitativos mínimos exigidos para comprovação da Capacidade Técnico Operacional, conforme item 9.1 do TR, são aproximadamente 25% (vinte e cinco por cento) dos quantitativos previstos para execução do objeto e consequentemente presentes na planilha orçamentária, garantindo a qualificação da Contratada sem restringir indevidamente a competitividade.

### **Da necessidade da contratação:**

A contratação é motivada pela carência de infraestrutura adequada para atividades comunitárias, produtivas e logísticas em diversos municípios na área de atuação da 3ª Superintendência Regional da Codevasf, no estado de Pernambuco, o que compromete o desenvolvimento socioeconômico regional.

A ausência de espaços públicos estruturados limita o acesso de produtores locais ao mercado, dificulta a organização de feiras e eventos que fortalecem a economia e a coesão social, e restringe o potencial dos Arranjos Produtivos Locais (APLs) fomentados pela Codevasf.

Portanto, a construção dos Pátios para Múltiplos Usos é uma ação estratégica para suprir essa lacuna, criando polos de convergência econômica e social que estimulam o comércio, facilitam a logística de escoamento e promovem a integração comunitária, alinhando-se diretamente à missão de redução das desigualdades regionais.

### **Da adoção do SRP (SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS):**

A adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) é a modalidade mais vantajosa para a contratação pretendida. A análise de alternativas demonstrou que, para obras executadas de forma descentralizada e sob demanda, o SRP é o modelo que melhor atende ao interesse público, conforme previsto no Art. 82, IV, do Decreto n.º 11.462/2023.

A sua utilização justifica-se pela agilidade e flexibilidade, permitindo contratações conforme a disponibilidade orçamentária e a definição das localidades, o que otimiza o planejamento. Além disso, o SRP promove economicidade e racionalidade administrativa ao evitar múltiplos processos licitatórios, gerando economia de escala e reduzindo custos operacionais para a Codevasf.

Por fim, o modelo assegura a capilaridade necessária para atender a demandas em toda a área de atuação, incluindo municípios de difícil acesso ou com infraestrutura deficitária.

### **Da não instauração de procedimento de Intenção de Registro de Preços (dispensa de divulgação) e não permissão de participantes na licitação:**

A divulgação de Intenção de Registro de Preços (IRP) é dispensável, pois o presente Sistema de Registro de Preços foi concebido para atender, com exclusividade, às necessidades de contratação da própria Codevasf, em suas diversas unidades (Sede e Superintendências Regionais).

O IRP é um procedimento voltado a identificar o interesse de outros órgãos em participar da licitação, o que não se aplica ao escopo desta contratação, cujo objetivo é otimizar os processos de contratação da Codevasf para a execução de sua missão institucional. Sendo assim, a não



**Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**Área de Desenvolvimento e Infraestrutura - AD**

realização do IRP está alinhada à finalidade da Ata, que não prevê a adesão por órgãos não participantes.

**Da admissão de adesão dos órgãos não participantes:**

Será admitida a adesão à Ata de Registro de Preços exclusivamente por parte da Sede e das Superintendências Regionais da Codevasf. A medida, alinhada ao escopo definido no ETP, visa garantir a uniformidade e o controle na execução de um objeto padronizado, cuja execução está diretamente atrelada à sua missão institucional e ao seu planejamento orçamentário, preservando a gestão centralizada da Ata.

**Da prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços:**

Sim. Nos termos do art. 15 do Decreto nº 11.462/2023, admite-se a prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços por igual período, desde que comprovado o atendimento cumulativo dos requisitos legais: vantajosidade da prorrogação, manutenção das condições inicialmente pactuadas e interesse público devidamente justificado.

Considerando que o objeto trata da execução de serviços de engenharia para implantação de pátios para múltiplos usos, sem cobertura, em diversos municípios inseridos na área de atuação da 3ª Superintendência Regional da Codevasf, a prorrogação eventual da Ata mostra-se tecnicamente adequada. A medida visa garantir a continuidade das ações estruturantes e de interesse social, permitindo o atendimento de novas demandas que possam surgir ao longo do exercício subsequente.

Além disso, a prorrogação contribui para a otimização dos procedimentos administrativos e operacionais, evitando a descontinuidade de obras e assegurando eficiência na execução das políticas públicas de desenvolvimento regional, em consonância com as diretrizes de planejamento e gestão da Codevasf.

**Divulgação do valor orçado:**

Público: Conforme Acórdão nº 1502/2018 – Plenário TCU – Nas licitações realizadas pelas empresas estatais, sempre que o orçamento de referência for utilizado como critério de aceitabilidade das propostas, sua divulgação no edital é obrigatória, e não facultativa, em observância ao princípio constitucional da publicidade e, ainda, por não haver no art. 34 da Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais) proibição absoluta à revelação do orçamento.

Além disso, a análise da natureza do objeto não revelou informações estratégicas, comerciais ou industriais cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, não se enquadrando nas hipóteses de sigilo da Lei nº 12.527/2011.

**Critério de Julgamento:**

Maior Desconto. Adota-se o critério de julgamento pelo maior desconto, previsto no Art. 54 da Lei nº 13.303/2016, por ser o mais adequado para a contratação de serviço comum de engenharia, cujos padrões de desempenho e qualidade estão objetivamente definidos no Projeto Básico e nas Especificações Técnicas.

A adoção deste critério, alinhada ao princípio da economicidade, promove a disputa pela proposta mais vantajosa sem comprometer a qualidade da execução, assegurando, assim, a seleção da melhor oferta para a Administração.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
Área de Desenvolvimento e Infraestrutura - AD

**Regime de execução:**

**Empreitada por Preços Unitários:**

Preço certo de unidades determinadas. O pagamento será feito com base nas medições das unidades efetivamente executadas, conforme demanda justificada.

Este regime de execução é o mais apropriado para o objeto da licitação, pois serão pagos somente os serviços efetivamente executados, mediante medições mensais, dos preços unitários propostos pela contratada.

**Participação de Consórcios:**

Não permitida. Não será permitida a participação de pessoas jurídicas organizadas sob a forma de Consórcio de licitantes, considerando que o objeto não envolve diversas especialidades que exigem licitantes de ramos distintos, como também não se trata de metodologia de execução de alta complexidade.

**Participação de Cooperativa:**

Não será permitida também a participação de Cooperativas, uma vez que não se enquadra o objeto da licitação de contrato de mão de obra para execução sob a forma de cooperados, não havendo a necessidade de permissão de participação de licitantes na forma de cooperativa, conforme estabelece a IN 5/2017.

**Participação de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte:**

Não serão aplicados os benefícios constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para itens com valor global estimado superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme artigo 4ª, da lei 14.133/2021.

**Visita:**

Não obrigatória. Recomenda-se às LICITANTES que seja realizada a visita aos locais onde serão executados os serviços e suas circunvizinhanças, para tomar pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos a serem executados, avaliando os problemas futuros de modo que os custos propostos cubram quaisquer dificuldades decorrentes de sua execução, e obter, sob sua exclusiva responsabilidade, todas as informações que possam ser necessárias para a elaboração da proposta e execução do contrato. Faz-se necessária simples declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições de prestação dos serviços.

**Permissão para Subcontratação:**

Não será permitida a subcontratação parcial ou total dos serviços objeto deste TR.

**Declaração de compatibilidade com o Plano Plurianual:**

Os serviços a serem contratados serão executados no prazo NÃO superior a um ano, conforme consta do Termo de Referência e a previsão de recursos orçamentários é compatível, conforme previsto no Plano Plurianual. Registra-se ainda que para o caso do Sistema de Registro de Preços não é necessário indicar a dotação orçamentária que somente será exigida para a formalização do Contrato ou Instrumento Equivalente



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
Área de Desenvolvimento e Infraestrutura - AD

**Desapropriação:**

Não aplicável. Conforme premissa estabelecida no ETP, os terrenos para a implantação dos pátios serão disponibilizados pelos entes públicos demandantes, livres e desembaraçados, não havendo necessidade de desapropriação por parte da Codevasf.

**Justificativa vantagem ou não da divisão do objeto da licitação em itens:**

Considerando a natureza e a abrangência do objeto, optou-se pela contratação em lote único, sem a divisão em itens. No presente caso, não se vislumbrou a necessidade de parcelamento da solução, uma vez que a execução abrangerá 16 pátios para múltiplos usos, sem cobertura, distribuídos em diferentes municípios inseridos na área de atuação da 3ª Superintendência Regional da Codevasf, no Estado de Pernambuco.

A decisão técnica fundamenta-se na análise das características do objeto e do histórico de contratações similares, que demonstram volumes reduzidos e demandas pontuais, insuficientes para justificar a fragmentação em múltiplos itens ou regiões. A eventual divisão do objeto poderia acarretar perda de escala, aumento dos custos administrativos, maior complexidade na gestão contratual e redução da atratividade do certame, o que comprometeria a economicidade e a eficiência do processo licitatório.

Dessa forma, a contratação em lote único revela-se a alternativa mais vantajosa e tecnicamente adequada, permitindo a otimização da gestão e da fiscalização contratual, a racionalização de custos operacionais, e maior flexibilidade para o atendimento das demandas conforme a liberação de recursos, assegurando, assim, a economicidade, a eficiência e a efetividade na execução dos serviços em conformidade com as necessidades institucionais da 3ª Superintendência Regional da Codevasf.

**Garantia do Objeto:**

A garantia do objeto deverá obedecer ao prazo definido no Art. 618 do Código Civil, Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002. O empreiteiro responderá durante cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho.

**Garantia de Execução (caução):**

A exigência de garantia de execução contratual, no percentual de 5% do valor do contrato, é um instrumento de mitigação de riscos, conforme fundamentado no Art. 68 da Lei nº 13.303/2016. A garantia visa assegurar o fiel cumprimento das obrigações assumidas, bem como o ressarcimento de eventuais multas e prejuízos.

A emissão da ordem de Serviço (OS), para início da execução do objeto contratado, somente poderá ser feita após a apresentação da Garantia de Execução pela empresa contratada.

**Licença Ambiental:**

O licenciamento ambiental (ou sua dispensa) será obtido na fase contratual, para cada pátio individualmente, conforme procedimento delineado no ETP. Dado que os locais exatos das obras não são conhecidos na fase licitatória, a Contratada auxiliará a Codevasf na instrução dos processos, e o início de cada obra é condicionado à regularidade ambiental.



**Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**Área de Desenvolvimento e Infraestrutura - AD**

**Responsáveis pelas informações:**

Vinícius Cavalcanti Amorim  
Analista em Desenvolvimento Regional - 3ª SR

**De Acordo:**

Victor Miguel Oliveira Martin  
Chefe da 3ª GRD/UEP

Giuliano Marcondes Ladeira  
Gerente da 3ª GRD

**Aprovação pela Autoridade Competente:**

Edilázio Wanderley de Lima Filho  
Superintendente Regional da Codevasf - 3ª SR